

HISTÓRIA E DIREITO: A CRIMINALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO NO CÓDIGO PENAL DE 1890 E NO REGULAMENTO SANITÁRIO DE 1904
E O PROCESSO DE VICENTE FERREIRA DA CUNHA AVELLAR *

HISTORY AND LAW: THE CRIMINALIZATION OF SPIRITUALISM IN THE
PENAL CODE OF 1890 AND THE HEALTH REGULATIONS 1904 AND
THE PROCESS OF VICENTE FERREIRA DA CUNHA AVELLAR

ADRIANA GOMES **

Resumo

No advento da Proclamação da República no Brasil, o controle e o estabelecimento da ordem se intensificaram sob a argumentação de implementação de um projeto modernizador, sobretudo para o Rio de Janeiro. O pensamento médico ganhou destaque no cenário político, pois as medidas relacionadas aos problemas sanitários e de saúde pública estabeleciam critérios de civilidade vislumbrados para a Capital Federal. Nesse bojo, práticas do espiritismo foram criminalizadas no Código Penal de 1890 e ganharam

Abstract

The advent of the Proclamation of the Republic in Brazil, the control and the establishment of order in the argument intensified implementation of a modernization project, especially for Rio de Janeiro. Medical thought came to prominence on the political scene, as the measures related health problems and public health established criteria of civility envisioned for the Federal Capital. In this bulge practices of spiritualism were criminalized in the Penal Code of 1890 and gained momentum in 1904 with the

* Artigo recebido em 06-08-2013 e aprovado em 18-12-2013.

** Doutoranda em História – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. *E-mail*: adrigomes.rj@outlook.com

impulso em 1904 com a criação do Regulamento Sanitário elaborado por Oswaldo Cruz. Dentro desse contexto, o professor Vicente Ferreira da Cunha Avellar respondeu a um processo-crime instaurado em 1904 por infringir os artigos 156 e 157 da norma penal de 1890 e os artigos 250 e 251 do Regulamento Sanitário.

creation of the Health Regulations prepared by Oswaldo Cruz. Within this context, Professor Vicente Ferreira da Cunha Avellar responded to a criminal case brought in 1904 for violating Articles 156 and 157 of the criminal standard 1890 and Articles 250 and 251 of the Health Regulations.

Palavras-chave

Espiritismo – Código Penal de 1890 – Regulamento Sanitário de 1904 – Vicente Ferreira da Cunha Avellar

Keywords

Spiritualism – Penal Code of 1890 – Health Regulations of 1904 – Vicente Ferreira da Cunha Avellar

No advento da Proclamação da República, o controle e o estabelecimento da ordem se intensificaram no Brasil. O novo regime não tardou em revelar o seu caráter conservador e autoritário. A civilidade e a modernização na República “vestiu a cidade com outra roupa, mas o corpo permaneceu o mesmo, possuindo uma incrível dificuldade de andar de salto alto” (RODRIGUES, 2002, p. 28).

Sob essas condições, as contradições na cidade do Rio de Janeiro se tornaram mais visíveis. As diferenças entre a civilidade, que mascararam o centro urbano, tornaram-se mais notórias nas outras regiões da cidade menos favorecidas. A modernidade da Capital acentuou o caráter excludente da cidade.

No afã de modernizar o Rio de Janeiro e torná-lo uma cidade cosmopolita, aos moldes da Europa ou da América do Norte, não foram consideradas as especificidades de sua própria história e a do País. Foram criadas visões distorcidas sobre o que se interpretava como sendo moderno e civilizado. O futuro civilizatório estava na agregação dos valores que

vinham de fora, assim como na regularização de uma vida social e de um espaço público que não apresentava identificação com o passado. Sob esse prisma foi construída a Capital do regime republicano, que representaria a nação. A modernidade demarcou as diferenças e a dependência, “a cidade deixou de ser colonial, mas passou a ser cópia de um modelo externo aos sentimentos brasileiros” (RODRIGUES, 2002, p. 34).

O grande desafio a que o regime republicano se propôs era transformar cada cidadão brasileiro, sobretudo da Capital Federal, em cidadãos capazes de ocupar de forma ordenada e correta as modernas funções que caberiam a uma sociedade civilizada. Os poucos brasileiros “civilizados” deveriam conduzir os muitos brasileiros “atrasados” a alcançarem a ordem e o progresso, independente da ausência dos valores identitários com a mudança ocorrida na Capital Federal em nome da civilização. Tudo teria um objetivo em comum: alcançar em ordem, o progresso (RODRIGUES, 2002, p. 34).

O estabelecimento da ordem provocava tensões sociais que eram sufocadas pela ação policial sob a argumentação de que a repressão estaria atuando para a implementação de um projeto de reformas em prol da civilidade. Por meio do uso da força, se intimidava a insurgência de qualquer projeto alternativo que afrontasse a ordem instituída em nome do progresso pelo regime republicano. Afinal, todos estariam envolvidos num missionário projeto civilizador (RODRIGUES, 2002, p. 28-29).

Como as reformas civilizatórias do Rio de Janeiro fluíam com rapidez, a insegurança em torno delas era recorrente. Abria-se o caminho para o autoritarismo ilustrado. Nessa ocasião, ganhou maior importância a legitimidade concedida pelos laudos técnicos e científicos de instituições, que respaldariam a política do progresso na Capital Federal: o Clube de Engenharia, que se definia como elaborador das leis da reorganização urbana; a saúde pública, que estabelecia os critérios de civilidade e atuava como controladora da vida social; e, finalmente, a polícia, que garantia a realização da modernização da cidade controlando os costumes da população, sendo a mantenedora da ordem (RODRIGUES, 2002, p. 28-29).

Dentre os aspectos da reforma urbana civilizatória implementada no País, os que merecem destaque para a compreensão da criminalização do espiritismo foram os atribuídos aos problemas sanitários e de saúde pública, pelos quais algumas cidades brasileiras foram submetidas, sobretudo a Capital Federal.

O pensamento médico passou a estar atrelado à modernidade. Esse saber direcionou a atuação governamental no Rio de Janeiro. A salubridade da cidade tornou-se a única autoridade capaz de dar contornos civilizados à Capital (RODRIGUES, 2009, p. 97).

A década de 1890 foi crítica nos surtos epidêmicos. As epidemias assolavam o Rio de Janeiro durante o ano todo e desafiavam as explicações científicas consagradas, propiciando muitas divergências entre as autoridades governamentais e os médicos, enquanto milhares morriam impotentes às enfermidades (BENCHIMOL, 1992, p. 178).

Foi nesse bojo de modernização, civilização e problemas relacionados à salubridade que, no Código Penal de 1890, o espiritismo se tornou um crime contra a saúde pública. Os espíritas podiam ser enquadrados em três artigos da norma penal (156, 157 e 158) e tiveram que responder processos criminais junto aos tribunais de justiça.

O artigo 156 proibia o exercício ilegal da medicina sem a habilitação profissional. Já o artigo 157 proibia a prática do espiritismo que pudesse despertar sentimentos de ódio ou amor e inculcar a cura de enfermidades curáveis ou incuráveis que pudessem subjugar a boa-fé alheia. No artigo 158, ficou estabelecida a proibição de prescrição de receitas médicas aos não habilitados a exercerem medicina. A ideia de mando e ordem das receitas pelos não habilitados poderia comprometer o indivíduo na sua fisiologia e nas suas faculdades psíquicas (*Coleção de Leis do Brasil*).

Esses artigos ganharam um maior impulso quando em 1903 o sanitarista Oswaldo Cruz elaborou um projeto de lei que foi aprovado em 8 de março de 1904, cujo objetivo era reorganizar o serviço sanitário do País – o Decreto n. 5156.

Esse Decreto regulamentava que a Diretoria-Geral de Saúde Pública passaria a ter como atribuição tudo o que, na Capital, fosse relativo

à polícia sanitária, inclusive a higiene nos domicílios. Já para a profilaxia e para o combate às doenças infecciosas, foi criado o Juízo dos Feitos da Saúde Pública. A atuação do Juízo seria na repressão ágil à falta de higiene e, também, às irregularidades nos assuntos referentes à salubridade pública (GIUMBELLI, 1997, p. 134).

A cidade do Rio de Janeiro ficaria dividida em dez distritos sanitários, e cada um deles teria uma delegacia de saúde. Os inspetores sanitários estariam subordinados aos delegados de saúde, que seriam auxiliados por seis ou sete médicos, vários inspetores sanitários e acadêmicos de medicina. Os inspetores sanitários, de acordo com o referido Decreto, seriam os profissionais que teriam contato direto com a população. Eles atenderiam às reclamações, receberiam as notificações de doenças e efetuariam as vacinas. Além disso, fiscalizariam a salubridade de construções, inclusive agindo em casos de ilegalidade no exercício da medicina, no que algumas práticas espíritas foram enquadradas como crime. O Decreto regulamentava nos artigos 250, 251 e 252 as exigências legais para exercer a arte de curar e, mais uma vez, enfatizava a ilegalidade do espiritismo pelo exercício na cura de moléstias, sobretudo nos artigos 250 e 251¹.

1 – “Art. 250. Só é permitido o exercício da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas;

I. As pessoas que se mostrarem habilitadas por título conferido pelas Faculdades de Medicina da República dos Estados Unidos do Brasil;

II. As que, sendo graduadas por Escolas ou Universidades estrangeiras oficialmente reconhecidas, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na forma dos respectivos estatutos;

III. As que, tendo sido ou sendo professores de Universidade ou Escola estrangeira oficialmente reconhecida, requererem licença à Diretoria Geral de Saúde Pública para o exercício da profissão, a qual lhes poderá ser concedida se apresentarem documentos comprobatórios da qualidade aludida, devidamente certificados pelo agente diplomático da República, ou, na falta deste, pelo cônsul brasileiro;

IV. As que, sendo graduadas por Escola ou Universidade estrangeira oficialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou farmacologia e requererem a necessária licença à Diretoria Geral de Saúde Pública, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro.

§ 1º As disposições deste artigo serão também aplicadas às pessoas que se propuserem a exercer as profissões de farmacêutico, de dentista e de parteira.

Aos inspetores sanitários coube a tarefa de fiscalizar o exercício ilegal da medicina e condenar os saberes considerados ilegítimos para o exercício das práticas médicas. Era o combate ao charlatanismo. Dentre esses saberes tidos como ilegítimos e passíveis de punição estaria o espiritismo, conforme sinalizado no artigo 251 do Decreto n. 5156 e, também, no artigo 157 do Código Penal de 1890.

As infrações cometidas contra o Regulamento Sanitário, que era de competência de fiscalização do Inspetor Sanitário, iam do desacato à ordem de demolições ou interdições de construções, perpassando para a improbidade de gêneros alimentícios comercializados para o consumo até a prática ilegal da medicina. Essas infrações foram regulamentadas pela justiça sanitária por meio do Decreto n. 5224, que foi aprovado em maio de 1904.

A habilitação para o exercício da medicina era indispensável, para que não surgissem dúvidas quanto à capacidade de exercer a arte de curar. Já estava consolidada a “identidade de grupo” entre os médicos. Para os inspetores sanitários, não poderia ser colocado no mesmo patamar um médico diplomado com um charlatão ou curandeiro e aventureiro, estes eram considerados imorais e antissociais.

O regulamento jurídico sanitário, Decreto n. 5224, estabelecia que as irregularidades sanitárias fossem identificadas, sobretudo, por meio de denúncias. A partir das denúncias da população, os inspetores sanitários iriam ao local da transgressão e lavriam os autos da infração com duas testemunhas. Esses autos, por sua vez, já seriam indicativos de plena prova contra as irregularidades encontradas, sem que fosse necessário que os fun-

§ 2º A pessoa que exercer a profissão médica em qualquer de seus ramos, a de farmacêutico, de dentista ou de parteira, sem título legal, incorrerá nas penas do art. 156 do Código Penal.

Art. 251. Os médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras que cometerem repetidos erros de ofício serão privados do exercício da profissão, por um a seis meses, além das penalidades em que puderem incidir no art. 297 do Código Penal.

Parágrafo único. Os que praticarem o espiritismo, a magia, ou anunciarem a cura de moléstias incuráveis, incorrerão nas penas do art. 157 do Código Penal, além da privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, se forem médicos, farmacêuticos, dentistas ou parteiras” (*Coleção de Leis do Brasil*).

cionários que nele figurassem viessem confirmar em juízo. A parte contrária teria o direito de ilidir a fé, apresentando provas. O procurador dos feitos da saúde pública poderia apresentar até três testemunhas de acusação. O autuado seria intimado pelo juiz e num prazo de 24 horas deveria pagar a multa pertinente ou apresentar a sua defesa, a fim de requerer as diligências legais. Na audiência, dando início ao processo, o escrivão faria a leitura do auto de infração e, se o infrator estivesse presente ou representado por um procurador, as testemunhas de acusação e de defesa dariam os seus depoimentos, respectivamente. As testemunhas de defesa, também, seriam de, no máximo, três pessoas. Após esses trâmites, segundo o regulamento jurídico sanitário, o procurador dos feitos da saúde pública reuniria as alegações escritas e o juiz daria a sua conclusão (*Coleção de Leis do Brasil*).

De acordo com Giumbelli (1997, 135-136), o principal objetivo do Decreto n. 5224 era atribuir ao inspetor sanitário autonomia para punir as infrações sanitárias com mais agilidade. O número de testemunhas arroladas deveria ser menor do que ocorriam corriqueiramente nas autuações. Além disso, os prazos para as tramitações dos processos deveriam ser num tempo bem mais abreviado. Situação que na prática não ocorria.

Por meio da legitimidade de um discurso médico que o espaço urbano passou a ser administrado e fiscalizado. Dessa forma, os agentes sociais que atuavam nesse espaço passaram a ser vigiados e punidos em função de uma vislumbrada higienização pública. A necessidade de sanear a cidade e “civilizar” a população justificava “a montagem de uma estrutura administrativa e executiva extremamente disciplinadora” (GIUMBELLI, 1997, p. 137).

A cultura política autoritária se fez presente nas ações governamentais na Primeira República ao longo da implementação do projeto civilizatório, sobretudo na Capital Federal. Sob essa perspectiva teórica, pode-se realizar uma leitura elucidativa dos atos governamentais no limiar do regime republicano que motivaram a criminalização do espiritismo em meio a um processo de secularização do Estado.

A clarividência do emergir dessa faceta da política brasileira torna-se perceptível, quando se insere no pensamento e nas práticas

governamentais, na complexidade dos acontecimentos do momento histórico em discussão.

As mudanças vislumbradas para o País, em nome do progresso, foram implementadas para o bônus de alguns, mas com o ônus para grande parcela da população da cidade do Rio de Janeiro, formada por mestiços, afro-brasileiros, desfavorecidos de uma forma geral e aqueles que não se inseriam de alguma maneira às normas “civilizatórias” preconcebidas, como os espíritas. E esses agentes sociais tiveram que se enquadrar, mesmo com resistência, a um projeto imposto, unilateral, que não contemplava com a devida importância a história e a cultura legada da Capital.

A cultura política autoritária do Brasil é resultante de um processo sensível de interiorização de ideias e da adoção de comportamentos políticos convenientes, que permaneceram desde o período colonial. A sua imersão no projeto civilizatório foi a partir de uma visão comum criada ao longo da história do País.

O autoritarismo, enquanto cultura política, é uma visão partilhada, “uma leitura comum do passado” (BERSTEIN, 1998, p. 351), que corrobora para a expressão de normas e valores compartilhados na sociedade brasileira.

O pressuposto teórico de cultura política autoritária se fundamenta na argumentação de Serge Bernstein (1998, p. 349-363). Ele compreendeu como cultura política os comportamentos políticos de uma determinada sociedade, no decorrer da história. Esse comportamento seria resultante de experiências vividas ao longo dos anos, por várias gerações, que podem ser identificados no discurso, nos argumentos, nos gestos, nos comportamentos, dentre outros aspectos, num processo de construção na dinâmica de uma sociedade.

Partindo desse pressuposto, a cidadania no Rio de Janeiro era outorgada. E, dessa forma, restringia brutalmente através de ações autoritárias a noção de espaço público no exercício dessa cidadania. Aqueles considerados indesejáveis deveriam ser excluídos dos meios de circulação da Capital Federal.

Numa cidade cerceadora de liberdades, como a Capital Federal, só teria direito à cidadania quem participasse, isto é, defendesse as reformas

implementadas pelo governo em nome do progresso do próprio País. Qualquer comportamento fora da liberdade consentida pelo poder político seria passível de ser considerada uma prática de desordem pública. Os agentes sociais que não se enquadrassem às normatizações impostas estariam, portanto, fora do projeto civilizatório. E ficariam sujeitos a enfrentar as sanções legais impostas pelo governo, por desrespeitarem a ordem estipulada.

E por desrespeitarem a ordem pública estipulada, cidadãos espíritas tiveram os seus direitos cerceados no Código Penal de 1890 e no Regulamento Sanitário. Eles estariam praticando, segundo as autoridades políticas, policiais e médicas, uma faceta da construção do que juridicamente se denominou charlatanismo, por exercerem ilegalmente a medicina por meio de intervenções mediúnicas.

O espiritismo era compreendido pelas autoridades como sendo uma prática antissocial e anômica, e não uma prática religiosa. A partir dessa concepção, os espíritas eram passíveis da vigilância das autoridades, a sofrerem invasões policiais em seus domicílios e a responderem processos criminais, por estarem fora dos projetos de salubridade e saneamento preconizados para o País.

Dentre os processos que analisamos, o caso de Vicente Ferreira da Cunha Avellar² instaurado em junho de 1904 e finalizado em 1905 tornou-se um dos mais interessantes pelo manancial de informações e pela possibilidade de análise dos discursos dos acusadores e do réu, das arbitrariedades e pela desconsideração à própria norma instituída para que se punisse um cidadão que não era comprometido ao ideal civilizatório sem que houvesse o mérito da prova material para a tramitação do processo.

O professor Vicente Avellar foi denunciado pelo inspetor sanitário Sebastião Barroso à Procuradoria dos Feitos da Saúde Pública, porque havia a suspeita de que ele praticava o exercício ilegal da medicina através de práticas espíritas e por prescrever medicamentos aos pacientes, cujo acesso era obtido por meio de uma farmácia situada no pavimento térreo do sobrado

2 – Processo n. 5102, Referência: BV.0.RMI.0666, Supremo Tribunal Federal, Arquivo Nacional.

onde se localizava a “Sociedade Científica de Estudos Filosóficos Jesus de Nazareno”.

De acordo com o depoimento do inspetor sanitário, ele observou que no sobrado havia uma rotatividade intensa de pessoas e que estas ao saírem da casa entravam numa farmácia situada no térreo e de lá partiam conduzindo pequenos volumes que pareciam frascos de remédios. E para esclarecer o que ocorria no local, supostamente, interrogou Adelaide Drummond, que, na presença de três testemunhas – Luiz Rodrigues de Figueiredo, Frederico Martins dos Santos e Antônio Gomes –, declarou que havia consultado Vicente Avellar, pois ele curava por meio do espiritismo e prescrevia receitas cujos medicamentos eram retirados no térreo do sobrado e trazia consigo um frasco de remédio e uma receita prescrita pelo professor.

Também nos autos de infração, o inspetor sanitário declarou que, em posse dessas informações, se dirigiu ao sobrado com as testemunhas Luiz Rodrigues de Figueiredo, Frederico Martins dos Santos e Antônio Gomes. Já no local suspeito, ele teria sido recebido por Vicente Avellar, Manoel Luiz Carrosa e Frederico Martins Santos. Contraditoriamente, o inspetor sanitário declarou que Frederico Martins Santos o acompanhava e ao mesmo tempo estava no sobrado com o professor Avellar.

O inspetor Sebastião Barroso descreveu todo o ambiente que encontrara: a sala da frente era vasta, aparelhada com bancos e cadeiras alinhadas paralelamente. Defronte havia uma mesa colocada sobre um estrado. Nas paredes da sala, quadros eram exibidos com imagens, retratos e cartazes de agradecimento de curas realizadas pela intervenção mediúnica de Vicente Avellar. Havia também no sobrado os estatutos da “Sociedade Científica de Estudos Filosóficos Jesus de Nazareno” que, na sua interpretação, comprovavam a existência de um centro espírita no local.

Após a inspeção, Sebastião Barroso convidou Avellar a prestar declarações aos órgãos competentes, pois o professor seria um suspeito de exercer a medicina ilegalmente, praticando a magia, utilizando as ciências ocultas e o espiritismo. Endossando a sua acusação, o inspetor declarou que, após convidar o professor a prestar esclarecimentos junto às auto-

ridades policiais sanitárias, uma senhora chamada Barbara da Conceição chegou à sala para consultar Vicente Avellar acompanhada de suas filhas. O objetivo da senhora era que o professor atendesse uma das crianças que se encontrava enferma. Segundo revelação de Barbara da Conceição, esse procedimento já havia sido realizado há dois meses em sua outra filha, que havia conseguido a cura por intermédio de Avellar.

Ao expor a sua versão da história no ofício de infração, o inspetor sanitário Sebastião Barroso solicitou a instauração de um processo-crime em junho de 1904, com o endosso das testemunhas supracitadas. O acusado Vicente Avellar teria infringido o § 2º do artigo 250 e o § único do artigo 251 do Regulamento Sanitário, assim como havia infringido, também, os artigos 156 e 157 do Código Penal. Como era de praxe, as testemunhas foram também notificadas que dariam os seus depoimentos oficiais quando fossem intimadas durante a tramitação do processo.

No entanto, esses depoimentos não se efetivaram. A testemunha que supostamente ouviu as declarações da senhora que havia consultado Vicente Avellar – Frederico Martins dos Santos – não foi encontrada no endereço fornecido à justiça. Também não foram encontrados Luiz Rodrigues de Figueiredo e Antônio Gomes. A testemunha chave para a acusação de exercício ilegal da medicina pelo professor, senhora Adelaide Drummond, a suposta paciente que havia sido medicada por ele, também não foi encontrada no endereço fornecido.

Na ausência das testemunhas de acusação na audiência do julgamento de Avellar, o subprocurador dos Feitos da Saúde Pública, Edmundo de Almeida Rego, solicitou, em 12 de julho de 1904, que fosse intimado para testemunhar Azevedo Lima, em outro dia designado pela justiça. A questão era: o intimado a testemunhar em nenhum momento havia sido mencionado no ofício de infração para a instauração do processo-crime. Mesmo com as lacunas apresentadas, os trâmites continuaram, e o professor Avellar respondeu criminalmente perante o juiz dos Feitos da Saúde Pública.

No processo foi anexada pela acusação uma “declaração dos vizinhos”. Segundo o documento, os vizinhos do professor declaravam que um grande número de pessoas entrava e saía da casa de Avellar e que após a

passagem pela farmácia conduziam pequenos embrulhos. Afirmaram também que eram públicas as consultas realizadas por Vicente Avellar com o objetivo de obtenção de cura para moléstias por meio do espiritismo e com o uso de medicamentos manipulados na farmácia local sob a promessa de cura garantida.

Ao processo também foi anexado um cartão que dizia “Acha-se em tratamento desenganado por todos os médicos” e um exemplar de um periódico chamado *A Fé*, que tinha em sua capa o nome de Vicente Avellar como o seu redator-chefe. O escritório desse periódico ficaria situado na Rua São Cristóvão, 201, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, local de funcionamento da “Sociedade Científica de Estudos Filosóficos Jesus de Nazareno”.

Do jornal *A Fé*, o inspetor recortou e anexou algumas notícias que foram publicadas em 12 de março de 1904, que compreendeu serem relevantes para o processo. Uma delas dizia que na Rua Senador Eusébio, um centro espírita denominado “Oriente Espírita do Brasil” havia sido cercado pela polícia e obrigado a fechar as portas. O jornal denunciava que esse centro sobre a “capa do espiritismo explorava os incautos”. Outra denúncia do jornal *A Fé* foi a respeito de um psicólogo, cuja formação havia sido adquirida na Escola Norte-Americana, e que este desejava introduzir inovações ao espiritismo, porém fora desmascarado. O jornal sugeriu que ele voltasse para os Estados Unidos, porque no Brasil não havia espaço para inovações desse tipo.

Ao processo também foi anexado um cartaz que, segundo o inspetor, estava fixado na parede da sala. O cartaz era um aviso da “Sociedade Científica de Estudos Filosóficos Jesus de Nazareno” para a normatização das consultas: as pessoas deveriam sentar-se na sala da frente a fim de ouvirem as explicações necessárias e só poderiam entrar no consultório se tivessem consentimento prévio do secretário. Os atendimentos ocorreriam nos dias úteis das 12 horas às 16 horas. O cartaz era datado de 1º de janeiro de 1904 e assinado pelo secretário Manoel L. Carrosa. O objetivo da acusação era comprovar a existência de consultas espíritas realizadas por Avellar.

Do jornal *A Fé*, também foi destacada a publicação de testemunhos de pessoas que foram curadas pelo professor Avellar com os seus respectivos nomes e endereços. O intuito do inspetor sanitário era procurar fundamentar as acusações de exercício ilegal da medicina através do espiritismo por meio de provas documentais.

Mesmo com a ausência das testemunhas de acusação, o réu Vicente Avellar foi interrogado pelo juiz Eliezer Gerson Tavares. Na Casa de Audiência do Juízo dos Feitos da Saúde Pública, o advogado do professor, senhor Borges, apresentou as argumentações de defesa escritas ao juiz sobre a infração dos artigos 156 e 157 do Código Penal e do artigo 250, § 2º, e § único do artigo 251 do Regulamento Sanitário.

O advogado denunciou que a autoridade sanitária invadiu a casa do réu num ato de violência e cometeu toda a “sorte de abusos”, sem que o mesmo soubesse as motivações para o feito e pudesse fazer as ponderações cabíveis. O acusado negou exercer a medicina ilegalmente em qualquer uma de suas formas e também negou praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios.

A partir da suposta declaração da Adelaide Drummond, que fora transformada em denúncia ao ser interceptada pelo inspetor, a defesa começou a desconstruir o relato do inspetor sanitário Sebastião Barroso.

A primeira desconstrução foi sobre Frederico Martins dos Santos. A defesa sinalizou a impossibilidade de o senhor Frederico, que foi declarado testemunha das declarações da senhora Adelaide Drummond, portanto, testemunha de acusação que estava na rua, também ter sido citado como uma das pessoas presentes no sobrado, ao ponto de ter recebido o inspetor de polícia sanitária, como foi declarado na denúncia. A defesa utilizou essa contradição como uma evidência de falta de verdade nas declarações do inspetor contra o réu.

Outra inverossimilhança sinalizada pela defesa foi a informação de que Adelaide Drummond havia consultado com o professor Avellar e que estava com um frasco de remédio em mãos, que teria sido fornecido pela farmácia, situada no pavimento térreo, mediante a apresentação de uma receita prescrita por Vicente Avellar. A defesa questionou o depoimento,

pois em nenhum momento foi exposta materialmente a receita e muito menos o frasco do remédio. Esses elementos, irrefutáveis para a acusação, não foram anexados no processo como provas.

Sendo o réu acusado de exercer ilegalmente a medicina, o frasco do remédio e a receita seriam provas indubitáveis contra ele. O crime seria uma constatação. A defesa posicionou-se como questionadora das atitudes do inspetor sanitário: como ele poderia acusar o professor Avellar e, no entanto, deixar escapar um corpo de delito irrecusável para a acusação?

A partir dessa “falha” nos autos do processo, a defesa pressupôs que o inspetor não deixou escapar a prova irrefutável, porque só se escapa algo que existe, que não foi o caso do frasco do remédio e da receita. Esses nunca existiram. Assim como nunca existiu farmácia alguma. Com essa argumentação, o advogado Borges procurou mostrar ao juiz que Avellar não exercia a medicina em qualquer um dos seus ramos.

Sobre a sala da frente da residência de Vicente Avellar com bancos perfilados, que o inspetor sanitário supôs ser um centro espírita, a defesa retrucou que nesse espaço o professor Avellar exercia a sua atividade profissional e que ali também reunia os membros da “Sociedade Beneficente Científica Jesus de Nazareno”, que o réu negou ter qualquer ligação com a medicina e o espiritismo, portanto, com os delitos descritos nos artigos 156 e 157 do Código Penal e nos artigos 250 e 251 do Regulamento Sanitário.

A defesa expôs ser verdade que, entre os quadros de imagens fixados na parede da sala, havia pequenos quadros de agradecimentos ao réu pelo restabelecimento de duas pessoas de sua relação familiar. No entanto, esses quadros datam de 11 de outubro de 1902, muito antes do Regulamento Sanitário, portanto, não havia crime. O réu guardaria os quadros como uma grata demonstração de amizade e gratidão. Essa afirmação da defesa não foi questionada pela acusação, mas esta poderia ter argumentado que em 1902 já estava em vigor o Código Penal de 1890, que criminalizava essa prática. Portanto, a afirmação poderia servir de depoimento de confissão.

Com a argumentação baseada em arbitrariedades da inspeção sanitária, contradições no relatório e a falta de provas que comprovasse a

denúncia, a defesa afirmou ser improcedente a acusação que foi feita ao senhor Avellar: afinal se nada foi provado, não havia crime.

A defesa ressaltou que a conduta pessoal do acusado era ilibada. O professor Avellar era um homem de bons costumes, honesto, chefe de família exemplar e cumpridor de suas atividades profissionais como se fosse um sacerdócio, pois instruía e educava com modéstia e vivia baseado nos princípios de moralidade. A atitude do inspetor sanitário da 7ª Delegacia teria sido arbitrária e abusiva ao invadir o lar do professor. Com essa atitude, Sebastião Barroso acabou infringindo as leis e os direitos adquiridos constitucionalmente pelo cidadão Vicente Avellar.

No entanto, mesmo com as desconstruções das provas acusatórias inseridas nos autos do processo e as lacunas ocorridas na audiência, Vicente Avellar foi condenado a sete meses de prisão celular e ao pagamento de multa de 583.333 réis.

A defesa, porém, recorreu à Egrégia Câmara para a revisão do processo criminal. Além da reiteração da argumentação supracitada, também foi questionado o erro na condenação do réu a sete meses de prisão. De acordo com os artigos 156 e 157 do Código Penal, a pena máxima para prisão seria de seis meses. Outros questionamentos também se sucederam: que critério foi utilizado para ser dada a penalidade? Em qual artigo o réu foi acusado? Em ambos ou só em um? O atropelo e a desorganização em que foi construído o processo ficaram exarados na sentença condenatória sem as devidas fundamentações que justificassem a penalidade.

Para a defesa, os autos não forneceram provas contra o suspeito, somente se fundamentaram em alegações vagas ou em documentos específicos sem a necessária autenticidade e preparos pela autoridade sanitária. Além disso, as testemunhas de acusação não foram inquiridas pelo não comparecimento à audiência, diante desse fato, as testemunhas de defesa que deveriam ser inquiridas após as testemunhas de acusação – Decreto n. 5224, artigo 4, § 4º, do Regulamento Sanitário – não foram inquiridas por não terem sido consideradas necessárias. O juiz compreendeu que todo acusado deveria ser intimado em uma só audiência e que a prova testemunhal não era essencial. Essa conclusão contrariava as normas reguladoras de um processo-crime.

Além desses fatores, a defesa alegou que a sentença seria insustentável com os seus fundamentos alicerçados na declaração de uma senhora surpreendida. E que a partir dessa suposta declaração foram feitas afirmações sem que fossem configurados na figura de juízo. Outro documento que abriu precedentes para dúvidas e questionamentos sobre a sua procedência e veracidade foi a “declaração dos vizinhos”. Uma das assinaturas presentes no documento – Silva Souza Pinto – apareceu nos autos em um documento anexado pelo acusado afirmando o contrário do que estava na referida declaração.

Em 31 de julho, o subprocurador dos Feitos reiterou todas as acusações proferidas ao réu. Dessa forma, rejeitou o provimento da apelação de revisão do processo criminal ao representante da Saúde Pública. A única retificação realizada foi quanto ao “pequeno engano da sentença”. Edmundo de Almeida Rego alterou a punição de prisão celular para seis meses, que seria a pena máxima estipulada no artigo 156 pelo exercício ilegal da medicina em sessões espíritas. Nesse momento o réu também ficou ciente em qual artigo foi condenado.

Diante dos fatos, em 17 de outubro de 1904 foi certificado pelo escrivão Hugo Lemos Mello, junto aos órgãos competentes, o mandado de prisão de Vicente da Cunha Avellar.

No entanto, em meio à certificação do mandado de prisão, em 23 de agosto de 1904, o juiz relator desembargador Miranda Ribeiro solicitou a nulidade do processo pelas sequências de falhas nos autos de infração, na audiência e na sentença, sobretudo na argumentação do subprocurador dos Feitos da Saúde Pública. Segundo o juiz, o subprocurador, como um representante do Ministério Público, deveria atuar como um fiscal e também como um advogado na execução da lei visando unicamente a agir dentro “das fórmulas estabelecidas previamente pela lei”.

Para o juiz Miranda Ribeiro, com a interposição de apelação da sentença condenatória, os seus efeitos ficariam virtualmente suspensos. O Supremo Tribunal Federal teria, a partir de então, a competência de analisar o processo com toda a amplitude do órgão a fim de apreciar o mérito da prova do crime. O recurso ao Supremo Tribunal Federal estava legitimado no § 1º do artigo 81 da Constituição Federal.

Para fundamentar as suas alegações na petição impetrada ao Supremo Tribunal Federal em 7 de outubro de 1904, a defesa de Vicente Avellar procurou evidenciar que os autos do processo eram repletos de lacunas e a ausência de revisores nos julgamentos das causas relativas aos Feitos de Saúde Pública foi propulsora do cerceamento da ação do Ministério Público, cuja representação foi por meio do subprocurador dos Feitos da Saúde Pública, que prejudicou a defesa do acusado. O juiz considerou a revelia do Ministério Público, que a prova testemunhal não era essencial e que o auto de infração faria prova plena. Dessa forma foi dissonante ao que estabelecia o Regulamento Sanitário no seu artigo 4, § 4º. As violações das normas reguladoras do processo haviam impedido o acusado de utilizar recursos legítimos para a sua defesa, pois não pôde exercer o seu direito de ilidir a fé.

O artigo 156 do Código Penal foi discutido, em mais um processo, na sua inconstitucionalidade. O artigo 72 da Constituição Federal, no seu § 24, havia garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial. No entanto, mesmo utilizando esse subterfúgio como argumento para a defesa do réu, o advogado Borges reiterou o seu posicionamento quanto ao não exercício da medicina em nenhum dos ramos citados no artigo, por parte de Vicente Avellar. E se a acusação insistia em criminalizar a conduta do réu, que a essa coubesse o ônus da prova por intermédio de meios autênticos, legais, claros e iniludíveis.

O juiz desembargador Miranda Ribeiro também expôs na petição ao Supremo proposições referentes às lacunas ocorridas nos autos. Nestes faltariam elementos indispensáveis para a condenação. Assim sendo, não teria sido lícita a sentença porque o juiz dos Feitos da Saúde Pública, Eliezer Tavares, impôs pena grave com deficiência de elementos coibindo a liberdade do cidadão Avellar.

Em 11 de outubro de 1904, o processo começou a ser analisado pelo Supremo. Foram pedidos os autos, as provas, enfim, todas as argumentações necessárias para a apelação. E em 18 de novembro de 1904 o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim de Toledo Piza e Almeida requisitou o processo de Vicente Avellar para análise.

Eliezer Tavares, juiz dos Feitos da Saúde Pública, como a parte apelada ao Supremo Tribunal, alegou que o réu se sentiu prejudicado na defesa porque, tomado de surpresa, não pôde apresentar as testemunhas na audiência e que em nenhum momento o acusado foi cerceado de seus direitos estabelecidos no Decreto n. 5224, o próprio que não havia requerido as testemunhas para se apresentarem na audiência. Quanto às provas, o juiz considerou que elas eram “abundantes e esmagadoras” e com coerência ao enquadramento nos artigos 156 e 157 do Código Penal, assim como nos artigos 250 e 251 do Regulamento Sanitário.

O processo ficou em juízo até 23 de agosto de 1905, quando os ministros do Supremo Aquino de Castro, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, Bernardino Ferreira, Hermínio do Espírito Santo, Ribeiro de Almeida, Oliveira Ribeiro, André Cavalcanti e Eptácio Pessoa decidiram o caso de Vicente Ferreira da Cunha Avellar.

O Supremo Tribunal Federal interpretou que o réu deveria ser absolvido das acusações intentadas por não haver prova de que ele teria cometido os delitos. Em relação ao artigo 156 do Código Penal, as lacunas recaíram na ausência de especificação sobre em qual ramo da medicina o acusado atuaria, da mesma forma que não houve uma averiguação se o acusado fazia o exercício da medicina como profissão. E justamente essa alegação consistiu na incriminação do réu. Quanto ao artigo 157, os ministros do Supremo Tribunal não encontraram nos autos elementos essenciais que pudessem incriminar Vicente Avellar de praticar o espiritismo.

Nas discussões referentes às testemunhas, o Supremo Tribunal Federal questionou a argumentação de Eliezer Tavares por dar continuidade à audiência sem considerar essencial a prova testemunhal. Segundo o Supremo, a atitude do juiz dos Feitos da Saúde Pública infringiu a Constituição Federal de 1891, no seu artigo 48, § 1º, que preconizava pela força obrigatória das testemunhas nos autos do processo. Para o Supremo Tribunal, se a aplicabilidade do Decreto n. 5224 limitou-se a desenvolver princípios próprios para facilitar a execução das leis, isso não isentaria da obrigação no cumprimento da lei federal, que deveria ser a fonte primária para a legislação do País.

A partir dessas proposições, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a revisão do processo e absolveu Vicente Ferreira da Cunha Avellar de todos os efeitos legais impetrados.

A pena inicial para o professor Avellar, além da multa, foi de sete meses de prisão celular. Da sentença do juiz dos Feitos da Saúde Pública, em 17 de outubro de 1904, ao julgamento do Supremo Tribunal Federal, em 23 de agosto de 1905, o processo tramitou por cerca de dez meses. Dessa forma, constata-se que a tramitação do julgamento da ação durou mais tempo que a própria pena instituída ao acusado.

O caso de Vicente da Cunha Avellar foi um dentre muitos outros em que cidadãos foram levados aos tribunais de justiça por praticarem o espiritismo. No entanto, vale a pena ressaltar que, na maioria dos processos, apesar do desgaste de sua tramitação, havia certa tolerância à prática do espiritismo, sobretudo quando a Constituição Federal era utilizada como principal argumento da defesa para legitimar os seus argumentos quanto ao cerceamento da liberdade religiosa e ao exercício livre de qualquer profissão. Contudo, quando o réu era um praticante de cultos afro-brasileiros, a interpretação era diferenciada. Como sinalizou Maggie (1992, p. 77), fazer o uso de pipoca, galinha e outros materiais eram considerados práticas de sortilégios e magia, pois iludia as pessoas com a feitiçaria.

A percepção do juiz era um fator decisivo na absolvição ou condenação do réu. Se o jurista compreendesse que o espiritismo realizado era uma crença religiosa, a sua prática era considerada legítima e legal, pois se fundamentaria na Constituição Federal de 1891. Já se a crença religiosa fosse compreendida como magia, a sua interpretação era como charlatanismo e curandeirismo e, por isso, condenável.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 349-63, 1998.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre a magia e o poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes (org.). *Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, p. 11-43, 2002.

_____. História da Urbanização no Rio de Janeiro: a cidade capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 85-119, 2009.

Fonte primária

Processo de Vicente Ferreira da Cunha Avellar: Processo n. 5102, Referência: BV.0.RMI.0666, Supremo Tribunal Federal, Arquivo Nacional.